

Como se faz o orçamento

Márcio Moreira Alves *

O Príncipe de Bismark, aquele prussiano bigodudo que achava que se podia fazer tudo com baionetas, menos sentar-se em cima, dizia: "Ah, se o povo soubesse como são feitas as leis e as salsichas..." Estava, claro, atacando os salsicheiros, porque os legisladores já naquele tempo andavam de cotação rasteira. Uma das razões é que votavam sem discutir o orçamento que lhes era enviado pelo Kaiser, inclusive o aumento de impostos. E votar o orçamento foi o ato político que deu origem aos parlamentos.

Não quero desiludir ninguém, mas o orçamento entre nós é feito na maior esculhambação. Para começar, o grosso é uma conta de tecnocratas sobre a qual ninguém tem controle. Cada ministério faz a sua, e remete a papelada para a Secretaria de Planejamento do Ministério da Economia. De um modo geral, essas contas repetem o passado. Assim, se o chefe de gabinete do ministro enfiou há 10 anos uma verba no orçamento para redecorar o gabinete, todos os anos essa verba se repete corrigida pela inflação. No Planejamento, os tecnocratas chefiados pelo secretário Marcos Fonseca procuram cortar as aberrações que detectam, somam o que receberam, dão mais um pouco de grana para as prioridades do governo — Alagoas, por exemplo — e fecham a despesa. A receita quem dá é a Secretaria da Fazenda, meio chutada. Quando as contas não batem, subestima-se a despesa ou superestima-se a receita. E sempre se separa o dos bancos, que é o dinheiro para os dólares da dívida externa.

Pronto o pacote, o presidente assina e manda para o Congresso. Nos Estados Unidos, o Congresso gasta 3/4 do seu tempo discutindo o orçamento. As comissões técnicas discutem cada item das despesas, contam cada dólar da receita, o Partido Democrata procura aumentar os gastos sociais e o Republicano quer sempre mais dinheiro para a defesa. Termina a negociação na Casa Branca, com o presidente. Aqui, a

maioria dos parlamentares este ano só veio a tomar conhecimento do assunto 15 dias antes do fim da legislatura. E o catatau que receberam, seis volumes, não tinha nem estimativa de receita nem cálculo de despesas. No lugar dessas informações só constava uma linha pontilhada.

As decisões sobre a parcela móvel das despesas da União são tomadas na Comissão Mista do Orçamento, cujos membros são deputados e senadores mais vivos que os outros. Nessa comissão, como diz o deputado Aécio Neves, membro hereditário por ser filho e neto

As decisões sobre a parcela móvel das despesas da União são tomadas na Comissão Mista do Orçamento, cujos membros são mais vivos que os outros

de parlamentares da Comissão: "aqui, quem anda mais devagar avôa". Há os que voam em teoria, dissertando sobre como o orçamento deveria ser feito em um país sério, como os deputados José Serra, Antonio Brito e Cesar Maia, e os que voam na prática, enfiando emendas em benefício dos seus municípios ou dos setores que os apoiam nas eleições. São os vivos dos vivos, como o relator da Comissão, o baiano João Alves, deputado desde sempre, o seu presidente Cid Carvalho, ou o mineiro Israel Pinheiro Filho, cujo pai já era uma águia das verbas federais no tempo em que Fernando Collor ainda tomava mama-

deira. Outras águias — carcarás, melhor dito, porque nordestinos, são Genivaldo Correa, da Bahia, José Carlos Vasconcelos, pernambucano, e Ubiratan Aguiar, cearense. Sulistas, neste time, são o paulista Manuel Moreira e o fluminense Francisco Dornelles. O lugar é tão bom que todos os principais membros da Comissão escaparam do massacre que cortou os mandatos de 60% dos eleitos em 1986.

A Comissão de Orçamento é a única onde a proporcionalidade de representação dos partidos não é estritamente observada, como tampouco é obedecida a rotatividade dos seus membros. Os sub-relatores trocam gentilezas, aprovando emendas uns dos outros e rejeitando as dos pés-rapados. Só o relator João Alves fez aprovar 1.258 emendas de sua autoria. Tão gritante foi a troca de favores que o PT ameaçou obstruir inteiramente a votação em plenário. Funcionou como consciência crítica do Congresso e, com o apoio de parlamentares de outros partidos interessados em sanear as práticas corporativas da Casa, conseguiu que muitas das verbas eleitorais fossem passadas para programas genéricos de caráter social. Não deu para racionalizar tudo: um hipotético metrô de Brasília, a cidade do transporte rodoviário por excelência, foi aquinhado com 5,6 bilhões, apesar de sequer ter projeto pronto.

Em princípio, deputados e senadores são mais habilitados a dizer onde o governo federal deve gastar o dinheiro dos impostos que os tecnocratas dos ministérios. Recebem delegação popular para isso. Mas, ao fazê-lo de forma atabalhoada e sem um claro plano de conjunto, jogam essa delegação no lixo. Mais: entregam a faca e o queijo na mão do Executivo, que passa a escolher que autorizações podem ser usadas para compor maiorias fisiológicas, como no tempo do governo Sarney. Com isso, o Congresso aprofunda a sua desmoralização, o que é péssimo para a democracia.